



Desemprego, aumento da jornada, fechamento de salas e turnos.

O GOVERNO GOLPEIA A CATEGORIA E A DIREÇÃO DA APEOESP IMPÕE SUA POLÍTICA DE IMOBILISMO.

Combater o governo com a greve!

Segundo o governo burguês de Frente Amplia de Lula/Alckmin que impõe o arcabouço fiscal para garantir o parasitismo da impagável dívida pública, Tarcísio de Freitas, por meio de Renato Feder, guardadas as diferenças, impõe a mesma política de austeridade fiscal. No ano passado, por meio da MP9/2023, o governo estadual cortou R\$ 10 bilhões do orçamento da educação. Como consequência, foram fechados vários turnos das escolas PEIs, que antes funcionavam com 2 turnos, agora com apenas 1 de 9 horas. Foram fechadas várias salas, superlotando ainda mais as que restaram. O governo impôs ainda uma artimanha nas aulas de expansão do novo ensino médio, obrigando os professores a atribuir de 3 a 5 horas/aulas, mas só pagará 2. Nessa nova modalidade, os professores e alunos serão rigorosamente monitorados pelas plataformas.

Os vários ataques do ano passado para este, ampliaram drasticamente o desemprego na categoria. O governo esconde os números exatos, mas estima-se que sejam mais de 40 mil professores demitidos. Com a possibilidade

de imposição das escolas cívico-militares, a continuidade da municipalização e a EJA na modalidade à distância, nos próximos anos o problema do desemprego tende a aumentar.

Os diferentes governos e a mesma política de arrocho salarial nos últimos 10 anos.

Os professores têm visto os seus salários minguarem com a política de arrocho salarial, causados por reajustes abaixo da inflação. No ano passado, segundo o DIEESE, eram 32% de perda do salário. Com certeza nossas perdas já passam dos 40% este ano, considerando a inflação do ano passado e a dos últimos meses neste ano. Já estamos caminhando para o mês de abril e nada do governo falar de reajuste. O governo federal concedeu em 2025 6,27% de reajuste do piso nacional, no entanto, o governo estadual tem enrolado para concedê-lo e, nos últimos anos, tem dado em forma de abono, para não incidir sobre os quinquênios e demais evoluções da velha carreira.

No ano passado venceu os dez anos do Plano Nacional de Educa-

ção, o qual previa em sua meta 17, equiparar os salários dos professores ao dos demais profissionais de nível superior. Com o último reajuste do piso nacional, o salário para 40 horas será R\$4.867,77, ou seja, bem distante da média salarial dos demais profissionais de nível superior, que é R\$7.094,17. Como podemos ver, os distintos governos, sejam da esquerda, passando pela direita ou extrema direita, mantém a mesma política de arrocho salarial.

Os exemplos que devem ser seguidos rompendo a conciliação de classes.

Os professores da rede estadual do Piauí iniciaram sua greve cobrando o reajuste do piso nacional. Os docentes municipais da capital, Teresina, também entraram em greve exigindo 22% de reajuste, contra os 6,5% oferecidos pelo prefeito Silvio Mendes. Em Niterói, no Rio de Janeiro, também houve greve contra o prefeito Rodrigo Neves, que ataca a educação infantil inclusiva e a EJA, reduzindo o quadro de professores. No Pará temos a greve vitoriosa dos indígenas, que ocuparam por mais de um

mês a Secretaria de Educação, e dos professores que fizeram o governo revogar a lei 10820/2024. Essa lei acabava com a educação presencial indígena, quilombola e ribeirinha, impondo a educação à distância para estes grupos. Os exemplos apontam para uma crescente disposição de lutas na educação que já vem desde o ano passado. O exemplo do Pará mostra o poder dos métodos da ação direta (assembleias, greves, piquetes, ocupações etc.).

A direção pelega e burocrática da Apeoesp abortou a greve no ano passado, este ano impôs um calendário tardio para nossa luta. Romper o cerco da conciliação e aprovar a greve!

Já prevendo os imensos ataques para esse ano, e tentando conter a disposição de luta da categoria, a burocracia da Apeoesp, desde o final do ano passado, estabeleceu um calendário para tentar sufocar a luta dos professores desempregados que têm se erguido no início do ano letivo. Para além de tentar fortalecer o governo Lula/Alckmin, a farsa da Plenária Intercongressual também

serviu a esse propósito, conter as lutas no começo do ano, impondo um calendário tardio.

Com o falso discurso de “combate ao fascismo”, a direção tem dado a mesma resposta aos diferentes e constantes ataques do governo Tarcísio/Feder; pressão parlamentar e ação judicial. Quando o governo no ano passado demitiu mais 40 mil professores, a direção defendeu a pressão parlamentar e abortou a greve em abril. Logo em seguida, o governo votou o Projeto das escolas Cívico-Militares, a resposta da burocracia foi a da ação judicial. Agora o governo conseguiu cassar a liminar e se não houver lutas, as escolas cívico-militares serão implantadas. O governo impôs o leilão das escolas, a direção sindical se limitou a fazer bravatas na porta da bolsa de valores, dizendo que haveria greve. O governo desde 2023 vinha com a MP23 que retirou mais de 10 bilhões da educação, a direção se limitou às “ações de pressão parlamentar”. Diante dos inúmeros ataques desse ano, a direção se prestou ao papel de ampliar o imobilismo e continuar apostando na conciliação de classes ao entregar uma pauta de reivindicações, sem sequer convocar

os professores para um ato público. Como podemos ver, a política da direção é das derrotas contra a categoria.

Diante da política de conciliação de classes, é urgente vencer essa camisa de forças imposta pela Frente Ampla, na qual a direção da APEOESP está completamente submetida. Faz-se necessária uma assembleia massiva para aprovar a greve a partir de 21 de Março e construí-la em unidade com o funcionalismo municipal de São Paulo, que também se projeta na luta contra o projeto privatista de Nunes/MDB. Está muito claro que tanto Tarcísio quanto Nunes não vão parar os ataques ao funcionalismo, porque ambos querem impor a privatização completa dos serviços públicos. Assim como também está claro para os trabalhadores que não é por meio de ações judiciais ou da pressão parlamentar que vamos barrar os projetos privatistas em curso. Ou vamos à luta grevista, em defesa da escola pública e demais serviços públicos, que é uma conquista histórica da luta de classes, ou em poucos anos estes setores estarão totalmente nas mãos dos capitalistas. ■

CONTRA OS ATAQUES DOS GOVERNOS, CONTRA AS MANOBRAIS DA DIREÇÃO BUROCRÁTICA, APROVAR A GREVE JÁ!!

CONTRA O DESEMPREGO, EM DEFESA DA ESCALA MÓVEL DAS HORAS DE TRABALHO!

CONTRA O ARROCHO SALARIAL, PELO SALÁRIO MÍNIMO REAL DO DIEESE (R\$7.229,22)!!

ABAIXO AS ESCOLAS EM PERÍODO INTEGRAL!

CONTRA A CONTRATAÇÃO PRECÁRIA DOS PROFESSORES, ESTABILIDADE A TODOS SEM CONCURSO PÚBLICO!

CONTRA O ENSINO À DISTÂNCIA E A PLATAFORMIZAÇÃO!

PELA REDUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS POR SALA, NO MÁXIMO 25!

ABAIXO A ESCOLA CÍVICO-MILITAR!

ABAIXO A MERITOCRACIA!

